

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/1943	3022/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que

A cidade de Braga integra, desde 2018, a Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área das Media Arts, desenvolvendo um programa contínuo de estímulo ao sector das indústrias culturais e criativas, fortalecendo a interligação entre arte, tecnologia e ciência, tanto a nível local como através de redes e projetos internacionais;

Esse compromisso foi reforçado na reunião anual das Cidades Criativas da UNESCO, com a assinatura do “Braga Manifesto”, no qual, no seu ponto 6, se “reconhece o papel da cultura enquanto força motriz para o desenvolvimento económico, a diversidade e a inovação, e se apoiam iniciativas que assegurem a sustentabilidade das indústrias culturais e criativas, impulsionem as economias locais, promovam oportunidades económicas, diversificação e bem-estar, e criem ecossistemas culturais resilientes, tanto em áreas rurais como urbanas, incentivando o empreendedorismo, a criação de emprego e o investimento”, alinhando assim a estratégia das Cidades Criativas da UNESCO com o que foi subscrito na *Mondiacult 2022* e onde regularmente se avalia o grau de implementação a nível da cidade desta declaração.

Considerando que

A cidade de Braga foi distinguida como “European Rising Innovative City 2024” pelo European Innovation Council, que a reconheceu como força motriz da inovação europeia,

demonstrando pioneirismo no desenvolvimento urbano sustentável, integrando abordagens inovadoras ao crescimento económico, inclusão social e valorização cultural;

Este reconhecimento estende-se igualmente ao sector cultural, através de iniciativas como o Braga Media Arts e espaços como o gnraton, que funcionam como agentes de desenvolvimento, fomentando a criação e a experimentação artística aliadas à inovação tecnológica, consolidando e enriquecendo a identidade cultural da cidade, tornando-a uma referência europeia;

Considerando que

A Estratégia Braga 2030 sublinha, nos seus objetivos estratégicos e no plano de ação do Eixo 3 [Cultura, Conhecimento e Economia], a crescente relevância e diversidade do sector cultural e criativo, bem como a importância de uma estratégia de potencialização desse valor, reconhecendo-o como um sector económico essencial para a inovação, a criação de emprego e a internacionalização;

Considerando que

Braga em 2025 é Capital Nacional da Cultura Portuguesa, após ter sido finalista do processo de seleção para Capital Europeia da Cultura 2027, um percurso e proposta reconhecidos pelo júri pela sua qualidade e solidez;

Propõe-se:

A adesão do Município de Braga à associação privada sem fins lucrativos designada “CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS”, criada no âmbito da candidatura ao reconhecimento de Clusters de Competitividade (N.º 01/2024, Maio de 2024, IAPMEI) e promovida pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria- e que conta já com 109 entidades (associações, cooperativas, empresas, fundações, municípios e individuais) cuja missão consiste em promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, apoiando a criação, produção e distribuição de produtos e serviços mais criativos, distintivos e disruptivos, com elevado valor económico e que tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva com vista à criação do Cluster Indústrias Culturais e Criativas e à sua afirmação enquanto Cluster Nacional de Competitividade, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

ASSIM,

À Reunião de Câmara para deliberação, de acordo com **as condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão**, que se anexa:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

- a) a adesão à C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO;**
- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a mil e quinhentos euros, para o ano de 2025; e,**
- c) a aceitação dos estatutos da associação.**

Posteriormente, o processo deve ser remetido ao Tribunal de Contas para Visto.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

DATA: 2025/01/21

ASSUNTO:	Informação de cabimento e/ou compromisso
-----------------	--

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **8000/2024**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **93154**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Natureza, sede e âmbito

Artigo 1.º

Natureza, duração e denominação

É constituída, por tempo indeterminado, uma Associação privada sem fins lucrativos denominada C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO, abreviadamente designada por Associação que se regerá pelo disposto nos presentes Estatutos e na legislação aplicável.

Artigo 2.º

Sede

A Associação tem sede no Edifício de Serviços da AEP – Associação Empresarial de Portugal, sito na Av. Dr. António Macedo, nºs 196/200, 4450-617 em Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Artigo 3.º

Fim e âmbito

1. A Associação tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.
2. Integram o setor das Indústrias Culturais e Criativas as áreas de atividades que têm em comum a utilização da criatividade, do conhecimento cultural e da propriedade intelectual como recursos para desenvolver, criar, produzir, divulgar e preservar bens e serviços com significado industrial e empresarial, social, artístico e cultural, designadamente nas seguintes principais áreas temáticas: Património cultural material e imaterial; Arquitetura e Design; Literatura, livros e publicações; Museus, galerias, bibliotecas e arquivos; Música, rádio e festivais; Audiovisual; Novas tecnologias (Realidade Virtual, Realidade Aumentada, Inteligência Artificial); Artes visuais e performativas e Artesanato.
3. Com vista à prossecução do seu objeto compete especificamente à Associação:
 - a) Promover a clusterização das Indústrias Culturais e Criativas e atuar com base numa visão estratégica comum e num programa de ação capaz de gerar impactos substantivos na economia;
 - b) Assegurar a visibilidade e representatividade dos seus associados e o acesso destes às Indústrias Culturais e Criativas, em Portugal e no estrangeiro, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
 - c) Contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio das Indústrias Culturais e Criativas;

- d) Fomentar a investigação e a troca de ideias, experiências e projetos nos setores referidos na alínea anterior;
 - e) Promover e apoiar as atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da Associação e favoreçam a obtenção de níveis mais elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva;
 - f) Promover atividades tais como cursos, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros e exposições;
 - g) Prestar serviços aos seus associados e a entidades terceiras, fazendo uso de competências disponíveis ou a aceder numa lógica de rede;
 - h) Cooperar e funcionar em rede, envolvendo empresas e outros operadores relevantes para a valorização das cadeias de valor, nomeadamente entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (SI&I), de formação profissional, associações empresariais e entidades públicas no sentido de garantir a maximização das oportunidades de participação cruzada;
 - i) Maximizar a participação das empresas nacionais, nomeadamente das PME, em projetos de investigação e desenvolvimento, de financiamento nacional e comunitário, promovendo a inovação generalizada, o desenvolvimento de novas tecnologias e a formação de quadros qualificados que suportem essa mesma participação, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
 - j) Promover a internacionalização através da participação em redes internacionais, desencadeando ou aprofundando iniciativas de interclusterização, bem como da promoção coletiva internacional dos bens e serviços produzidos nas respetivas cadeias de valor;
 - k) Contribuir para a transição energética e ecológica, incentivando o desenvolvimento de uma economia circular nos processos produtivos e mantendo a aposta na investigação e desenvolvimento, tendo como referência os objetivos do desenvolvimento sustentável;
 - l) Acelerar a transição digital traduzida numa aposta permanente na inovação e na valorização da capacitação dos recursos humanos em ligação, nomeadamente, aos polos de inovação digital.
 - m) Prestar aos seus associados o apoio necessário para a defesa dos seus interesses, quando estes se enquadrem no objeto da Associação.
4. A Associação poderá filiar-se, associar-se ou aderir a organismos que possam contribuir para a execução dos seus objetivos estatutários, nacionais ou internacionais, bem como criar delegações ou quaisquer outras formas de representação, sempre que o entender conveniente.

CAPÍTULO II

Associados

Artigo 4.º

Qualidade de associado

1. Podem adquirir a qualidade de associado da Associação todas as entidades empresariais e não empresariais, públicas ou privadas que exerçam, em território nacional, atividade industrial, cultural, de serviços ou outra relacionada com a cadeia de valor das Indústrias Culturais e Criativas, e que manifestem o seu interesse em aderir à Associação e cumpram os seus princípios legais e estatutários.
2. Os associados podem revestir a qualidade de:
 - a) Associados fundadores: as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras que participam na criação e constituição da Associação;

- b) Associados aderentes: as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, não abrangidas pelo disposto na alínea anterior, que exerçam uma atividade no domínio das Indústrias Culturais e Criativas.
 - c) Associados convidados: as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou internacionais, sob decisão da Direção, com base em serviços relevantes prestados à Associação. Ao “associado convidado” não é exigido o pagamento de quotas.
3. As regras para apuramento dos direitos de voto das diferentes categorias de associados, o valor das quotas, bem como as regras de admissão a associado são determinadas por Regulamento Interno.

Artigo 5.º **Admissão de associados**

1. A admissão de novos associados aderentes far-se-á mediante registo em formulário próprio, cabendo à Direção a respetiva aprovação.
2. A qualidade de associado deverá ser inscrita no respetivo livro de registo dos associados, desde que sejam cumpridos os requisitos exigidos para o efeito.

Artigo 6.º **Direitos dos associados**

1. Constituem direitos dos associados:
 - a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e requerer a sua convocação em sessão extraordinária mediante documento devidamente fundamentado e assinado por metade dos associados;
 - b) Ser informado sobre a gestão administrativa e financeira da Associação, nas respetivas Assembleias Gerais, podendo examinar as contas, orçamentos, livros de contabilidade, atas, registos e demais documentos com estes conexos;
 - c) Solicitar o apoio da Associação para a defesa dos seus direitos e interesses legítimos no âmbito de atuação da Associação;
 - d) Sugerir à Direção as ações de promoção, de investigação ou outras que se mostrem adequadas à prossecução do projeto associativo;
 - e) Promover e participar em grupos de trabalho específicos no seu âmbito, internos à Associação.

Artigo 7.º **Deveres dos associados**

1. Constituem deveres dos associados:
 - a) Contribuir e apoiar a Associação na prossecução dos seus fins e ter uma conduta adequada aos objetivos da mesma;
 - b) Cumprir com o pagamento das quotas correspondentes à respetiva categoria de associado;
 - c) Cumprir e fazer cumprir o disposto nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da Associação;
 - d) Aceitar e cumprir as deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos da Associação;
 - e) Fornecer à Associação as informações que não tenham caráter reservado ou contendam com os princípios fixados no regime legal de proteção de dados e lhes sejam solicitadas para a prossecução do fim estatutário;
 - f) Designar uma pessoa singular como seu representante efetivo na Associação, podendo designar um representante suplente para o representar na ausência ou

impedimento do representante efetivo, bem como substituir o seu representante efetivo e/ou o seu representante suplente

Artigo 8.º

Perda, suspensão e exclusão da qualidade de associado

1. Perdem a qualidade de associados aqueles que:
 - a) Deixarem de cumprir as obrigações referidas no artigo 7.º;
 - b) Os que, de forma reiterada, tenham atentado contra os interesses da Associação, em termos que revelem um comportamento desleal ou gravemente perturbador do funcionamento da Associação;
 - c) Sejam extintos, apresentem pedido de declaração de insolvência ou sejam declarados insolventes ou por qualquer outra forma sejam dissolvidos ou liquidados.
2. Ficam automaticamente suspensos do exercício dos seus direitos os associados que se encontrem em mora, por mais de um ano, no pagamento das suas quotas e de outras dívidas para com a Associação.
3. A suspensão será comunicada ao associado, fixando-lhe o prazo de seis meses para pagar o montante em dívida ou justificar a falta de pagamento, sob pena de perder a sua qualidade de associado.
4. A exclusão de associados, nos termos do número anterior, cabe à Direção e será sempre precedida da audiência do associado visado, a quem será concedido prazo suficiente para apresentar por escrito a sua defesa.
5. A exclusão não confere ao associado direito a qualquer indemnização ou compensação.

CAPÍTULO III

Órgãos Sociais

Artigo 9.º

Disposições gerais

1. São órgãos sociais da Associação:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direção;
 - c) O Conselho Fiscal;
2. É órgão de consulta da Associação o Conselho Estratégico, nos termos previstos nos artigos 22º a 24º destes Estatutos.
3. O mandato dos órgãos sociais é de três anos civis, cessando as suas funções no ato de posse dos titulares que lhes sucederem.
4. O mandato dos órgãos sociais inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar durante o mês imediato à data das eleições.
5. As eleições devem ocorrer de três em três anos civis, na mesma Assembleia Geral em que forem aprovadas as contas anuais, e nunca após o dia 31 de março do ano em que devam realizar-se eleições.
6. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se automaticamente prorrogado o mandato em curso até à tomada de posse dos novos órgãos sociais e o mandato dos novos órgãos sociais será encurtado na mesma medida do referido atraso.
7. Ocorrendo qualquer vaga num dos órgãos da Associação antes do termo do mandato em curso, o próprio órgão pode proceder ao seu preenchimento por cooptação, sujeita a ratificação na Assembleia Geral seguinte, sendo que os membros cooptados para o

preenchimento de tais vagas exercerão funções até ao termo do mandato dos restantes membros do órgão respetivo.

8. São lavradas atas das reuniões de qualquer órgão, sendo obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

Secção I

Assembleia Geral

Artigo 10.º

Composição

1. A Assembleia Geral é composta por todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos e obrigações associativas.
2. A Mesa da Assembleia Geral é formada por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois secretários eleitos pela Assembleia Geral.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta designar, na própria reunião, o respetivo substituto de entre os Associados presentes, os quais cessam as funções no termo da reunião.
4. Compete, em especial, ao Presidente da Mesa:
 - a) Convocar e dirigir os trabalhos das respetivas reuniões, nos termos da lei e dos presentes estatutos;
 - b) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais da competência da Assembleia Geral, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
 - c) Conferir posse aos membros dos órgãos sociais eleitos.
5. Compete, em geral, aos Vice-Presidentes coadjuvar o Presidente na condução dos trabalhos das reuniões e, em especial, preparar o expediente necessário, registar as presenças, escrutinar votos e redigir as atas.

Artigo 11.º

Funcionamento

1. A Assembleia Geral reúne, em sessão ordinária, duas vezes em cada ano, nos seguintes prazos e para os seguintes efeitos:
 - a) Até 31 de março, para apreciação e deliberação, ouvidos os pareceres do Conselho Fiscal, sobre o balanço, contas e relatório da Direção relativo às atividades do ano anterior e para eleição dos membros dos órgãos sociais, nos anos em que tal eleição deva ocorrer;
 - b) Até 30 de novembro, para aprovar o orçamento e os planos de atividades anuais para o ano seguinte.
2. A Assembleia Geral reúne, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Presidente da Mesa, por iniciativa própria ou a pedido da Direção, do Conselho Fiscal ou de, pelo menos, metade dos associados no pleno gozo dos seus direitos associativos.
3. A Assembleia Geral reúne mediante convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia Geral dirigida por escrito e remetida por meio de aviso postal ou envio eletrónico com recibo de leitura, expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de quinze dias, a qual deve indicar o dia, hora e o local da reunião, bem como os assuntos incluídos na ordem de trabalhos.
4. A Assembleia Geral reunirá, em primeira convocação, à hora marcada com a presença de, pelo menos, metade dos associados.

5. Se à hora marcada não se verificar o número de presenças exigido, a Assembleia Geral reunirá podendo funcionar e deliberar com qualquer número de associados presentes quinze minutos depois, sem prejuízo do quórum deliberativo previsto nos estatutos ou na lei.

Artigo 12.º **Deliberações**

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta do número de votos dos associados presentes na Assembleia Geral, com as seguintes exceções:
 - a. A deliberação sobre a dissolução ou prorrogação da Associação, que exige o voto favorável de três quartos do número total de associados;
 - b. A deliberação sobre a alteração de estatutos, que exige o voto favorável de três quartos do número total de associados;
 - c. A deliberação sobre a aprovação e alteração dos Regulamentos Internos, que exige o voto favorável de dois terços do número de associados presentes.
2. O número total de associados e de votos é aferido na data de envio da convocatória para a Assembleia Geral em causa.
3. Sem prejuízo das regras específicas estabelecidas nos presentes estatutos, as votações efetuar-se-ão:
 - a. pela forma indicada pelo Presidente da Mesa;
 - b. por outra forma que seja aprovada pela Assembleia; ou,
 - c. por escrutínio secreto, sempre que se tratar de destituir titulares dos órgãos sociais da Associação ou de assuntos de incidência pessoal dos associados.

Artigo 13.º **Competências**

1. Para além de outras que lhe sejam expressamente atribuídas pela lei e pelos presentes Estatutos, é da competência da Assembleia Geral:
 - a. Eleger e destituir os membros da respetiva Mesa e a totalidade dos membros da Direção e do Conselho Fiscal;
 - b. Aprovar o plano anual e o orçamento, ouvido o parecer do Conselho Fiscal e da Direção;
 - c. Alterar os estatutos;
 - d. Aprovar a dissolução, cisão ou fusão da Associação;
 - e. Fixar o destino a dar aos bens sociais em caso de dissolução da Associação, nos termos e limites legais;
 - f. Deliberar sobre a remuneração dos órgãos sociais;
 - g. Autorizar a Associação a demandar membros dos órgãos sociais por factos praticados no exercício das suas funções;
 - h. Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações; e,
 - i. Aprovar os Regulamentos Internos e quaisquer alterações aos mesmos.

Secção II **Direção**

Artigo 14.º **Composição**

1. A Direção é composta por sete membros, dos quais um é o Presidente, eleito pelos referidos membros, dois Vice-Presidentes, eleito pelos referidos membros e os restantes quatro serão Vogais.
2. As pessoas singulares eleitas para a Direção, para exercerem o cargo para que foram eleitas, terão de se fazer associados da Associação.
3. Os Vice-Presidentes da Direção substituem o Presidente na sua ausência, falta ou impedimentos.

Artigo 15.º

Funcionamento

1. A Direção reunirá sempre que necessário, a pedido do seu Presidente ou, pelo menos, de três dos seus membros, através da convocação pelo Presidente.
2. A Direção reúne, de forma ordinária, pelo menos, uma vez a cada dois meses.
3. As convocatórias para as reuniões da Direção são feitas por escrito e remetidas por meio de aviso postal ou envio eletrónico com recibo de leitura, com a antecedência mínima de sete dias, a qual deve indicar o dia, hora e o local da reunião, bem como os assuntos incluídos na ordem de trabalhos.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que todos os Diretores estejam presentes numa reunião da Direção, o Presidente poderá agendar a data da reunião seguinte, considerando-se esta última como convocada para todos os efeitos legais.
5. Qualquer membro pode solicitar ao Presidente para adicionar um ponto à agenda da reunião seguinte da Direção.
6. Todas as reuniões da Direção serão presididas pelo Presidente ou, na sua ausência, por um dos Vice-Presidentes. Caso o Presidente e os Vice-Presidentes estejam impossibilitados, a reunião de Direção poderá ser presidida por um dos Vogais da Direção sob indicação do Presidente.

Artigo 16.º

Deliberações

1. Sem prejuízo de a Direção dever sempre procurar consensos, sempre que tal não seja possível, as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.
2. Cada membro da Direção tem direito a um voto e não são permitidas abstenções.
3. A Direção só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.
4. Em caso de empate, o Presidente da Direção tem direito a voto de qualidade.
5. Qualquer membro da Direção pode delegar noutro membro, por escrito, em carta dirigida ao Presidente da Direção, o seu voto.

Artigo 17.º

Competências

1. A Direção tem por responsabilidade a gestão da Associação e o poder de tomar qualquer ação que considere necessária ou útil à concretização dos objetivos da Associação.
2. A Direção prepara e executa todas as decisões ou outros atos importantes para o bom funcionamento da Associação, estando para isso mandatado desde que os mesmos constem do plano de ações anual e estejam patentes no orçamento aprovado pela Assembleia Geral.
3. A Direção poderá delegar, num Diretor Geral, parte das competências enunciadas neste artigo.
4. Em particular, a Direção está mandatado para:
 - a) Admitir novos associados;
 - b) Decidir a exclusão de associados;

- c) Promover, dinamizar, coordenar e dirigir as iniciativas necessárias à prossecução do objeto da Associação;
 - d) Representar a Associação em juízo e fora dele, designadamente junto a organismos nacionais e estrangeiros no quadro do objeto social da Associação;
 - e) Administrar os bens da Associação e dirigir a sua atividade de acordo com o plano(s) e orçamento(s) aprovado(s), podendo, para esse efeito, contratar pessoal e colaboradores, fixando as condições de trabalho e respetiva disciplina;
 - f) Constituir mandatários, os quais obrigarão a Associação de acordo com os respetivos mandatos;
 - g) Gerir os recursos humanos, financeiros e técnicos da Associação, incluindo a gestão de expediente e tesouraria, identificando necessidades concretas no quadro das atividades e objetivos a alcançar e propor iniciativas com vista à solução das mesmas;
 - h) Preparar propostas para a Assembleia Geral;
 - i) Elaborar o balanço, as contas, o relatório de atividades do ano anterior, o plano de atividades para o ano seguinte e o orçamento e submetê-los à aprovação da Assembleia Geral;
 - j) Nomear e demitir o Diretor Geral e aprovar a respetiva delegação de poderes, bem como as condições do respetivo contrato, designadamente as condições remuneratórias;
 - k) Providenciar apoio e orientação ao Diretor Geral;
 - l) Estabelecer uma estrutura de apoio sempre que considerada necessária para conduzir as atividades da Associação;
 - m) Supervisionar a gestão da Associação e estabelecer programas e prioridades;
 - n) Estabelecer e manter a ligação com outras estruturas exteriores;
 - o) Representar a Associação perante órgãos e organismos do Estado, associações de qualquer natureza, sociedades e outras entidades nacionais e estrangeiras;
 - p) Criar, organizar e dirigir os serviços internos da Associação e assegurar a escrituração dos livros nos termos da lei;
 - q) Executar e fazer cumprir os preceitos legais, estatutários e regulamentares, bem como as deliberações da Assembleia Geral e as suas próprias; e
 - r) Praticar todos os demais atos necessários ou convenientes à realização dos fins da Associação, de acordo com a lei aplicável, os presentes Estatutos, os Regulamentos Internos e deliberações dos demais órgãos da Associação.
5. A Direção pode criar ou extinguir grupos de trabalho para o estudo de assuntos especializados ou para a execução de projetos específicos.

Artigo 18.º

Vinculação

1. Para vincular a Associação são necessárias duas assinaturas, sendo uma a assinatura do Presidente da Direção e outra de um dos seus Vice-Presidentes ou, na ausência do Presidente da Direção, a assinatura de dois Vice-Presidentes da Direção.
2. Para obrigar a Associação em atos de gestão corrente é suficiente a assinatura do Presidente da Direção ou, caso tenha sido nomeado, do Diretor Geral, nos termos da respetiva delegação.

Secção III

Conselho Fiscal

Artigo 19.º

Composição

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal Efetivo (ROC).
2. Um dos membros efetivos do Conselho Fiscal é revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Artigo 20.º

Funcionamento

1. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez em cada ano fiscal e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convoque.
2. As convocatórias para as reuniões do Conselho Fiscal são feitas pelo respetivo Presidente por escrito e remetidas por meio de aviso postal ou envio eletrónico com recibo de leitura com a antecedência mínima de sete dias, a qual deve indicar o dia, hora e o local da reunião, bem como os assuntos incluídos na ordem de trabalhos.
3. Cada membro do Conselho Fiscal tem direito a um voto.
4. As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria dos membros presentes nas reuniões.
5. O Conselho Fiscal só poderá deliberar caso se encontrem presentes, pelo menos, metade dos seus membros.
6. A indicação dos representantes dos membros impedidos de participar numa reunião será efetuada por carta remetida ao Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 21.º

Competências

1. Ao Conselho Fiscal compete:
 - a) Vigiar a observância da lei e dos estatutos;
 - b) Verificar a regularidade dos livros de escrita da Associação bem como dos registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - c) Verificar a exatidão do balanço e da demonstração dos resultados;
 - d) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pela-Direção;
 - e) Participar nas reuniões da Direção em que sejam tratadas matérias da sua competência e dar parecer sobre qualquer consulta que por aquela lhe seja apresentada;
 - f) Requerer a convocação da Assembleia Geral, sempre que o julgar necessário;
 - g) Propor à Assembleia Geral e à Direção a realização de auditorias externas, quando tal se revele necessário ou conveniente;
 - h) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direção;
 - i) Exercer as demais competências previstas na lei e nos presentes Estatutos.

Secção IV

ORGÃO DE CONSULTA

Conselho Estratégico

Artigo 22.º

Composição

1. O Conselho Estratégico é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, designados pela Direção, sob proposta do seu Presidente.
2. O Vice-Presidente do Conselho substitui o Presidente na sua ausência, falta ou impedimentos.
3. Do Conselho Estratégico farão também parte vogais, até um máximo de 20, designados da mesma forma que o Presidente e o Vice-Presidente, tal como referido no n.º 1 deste artigo.

Artigo 23.º

Funcionamento

1. O Conselho Estratégico reunirá ordinariamente uma vez em cada ano fiscal e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convoque.
2. O Conselho Estratégico tem funções consultivas da Associação, cabendo-lhe pronunciar-se sobre a atividade da Associação, de acordo com as orientações da direção aprovadas em assembleia geral.
3. É constituído por personalidades convidadas pela Direção que possam contribuir com o seu saber e experiência no âmbito das Indústrias Culturais e Criativas, designadamente nas nove principais áreas temáticas, mencionadas no número 2 do artigo 3.º, não devendo ultrapassar os 18 elementos.

Artigo 24.º

Competências

1. Ao Conselho Estratégico compete:
 - a) Acompanhar e monitorizar os esforços da Associação na prossecução do seu fim;
 - b) Pronunciar-se sobre a atividade da Associação;
 - c) Pronunciar-se sobre problemas que afetam as Indústrias Culturais e Criativas no contexto económico;
 - d) Emitir um relatório por cada reunião que realizada;
 - e) Emitir pareceres sobre assuntos que lhes sejam apresentados pela Assembleia Geral;
 - f) Emitir recomendações sobre a atividade da Associação de acordo com as orientações aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

Património e Gestão Financeira

Artigo 25.º

Património

1. O património social da Associação é constituído por todos os bens móveis e imóveis e direitos adquiridos a título oneroso ou gratuito pela Associação, bem como pelo rendimento desses bens e direitos, e rendimentos provenientes da quotização, de iniciativas próprias ou dos Associados quando em benefício da própria Associação.
2. Extinta a Associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.
3. A gestão financeira da Associação, reger-se-á pelo princípio do equilíbrio orçamental entre receitas próprias e despesas gerais de funcionamento, incluindo serviços, pessoal, rendas e outras despesas decorrentes do exercício das suas atividades.
4. A associação pode constituir um fundo de reserva, cujo montante e respetivas condições de utilização, serão anualmente aprovados pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção.

Artigo 26.º
Recursos Financeiros

1. Constituem recursos financeiros da Associação:
 - a. As quotas anuais pagas pelos associados, a definir em Regulamento Interno;
 - b. Os rendimentos de serviços prestados a associados ou a terceiros;
 - c. O rendimento de bens próprios;
 - d. O rendimento de numerário depositado;
 - e. As quantias resultantes de subsídios, donativos, heranças e legados de entidades públicas ou privadas expressamente aceites;
 - f. As receitas resultantes de candidaturas a fundos europeus;
 - g. Quaisquer outras como tais permitidas por lei.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

Artigo 27.º
Ano Social

Para fins contabilísticos, o ano social corresponderá ao ano civil, iniciando-se no dia 1 de janeiro e encerrando no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 28.º
Regulamento Interno

1. Qualquer questão que não seja regulada nos presentes estatutos será resolvida de acordo com o disposto em Regulamento Interno da Associação e com recurso a legislação aplicável.
2. As disposições constantes em Regulamentos Internos não poderão ser contrárias ao disposto nos presentes estatutos.

Artigo 29.º
Disposição transitória

Ficam desde já nomeados:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: AECT-GNP - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal

Vice-Presidente: Grupo Mota Engil SGPS

Vice-Presidente: Livraria Lello

1º Secretário: Alma Design

2º Secretário: Urbanmint

Direção

Presidente: AEP – Associação Empresarial de Portugal, CCI

Vice-Presidente: Fundação de Serralves

Vice-Presidente: Universidade do Católica Portuguesa

Vogal: AGEAS Portugal

Vogal: Cofac

Vogal: OPIUM
Vogal: OCUPIDEIAS

Conselho Fiscal

Presidente: TMG

Vice-Presidente: IB - Agência para a Dinamização Económica E.M

Vogal efetivo: Santos Vaz, Trigo de Moraes e Associados (ROC)-

Aos dias 27 do mês de setembro do ano de 2024



Data: 06/12/2024

Nº Processo: 8000/2024

Processo: Proposta de Adesão do Município de Braga à C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO

A PROPOSTA

«Proposta de Adesão à Associação “CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS”

Considerando que

A cidade de Braga integra, desde 2018, a Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área das Media Arts, desenvolvendo um programa contínuo de estímulo ao sector das indústrias culturais e criativas, fortalecendo a interligação entre arte, tecnologia e ciência, tanto a nível local como através de redes e projetos internacionais;

Esse compromisso foi reforçado na reunião anual das Cidades Criativas da UNESCO, com a assinatura do “Braga Manifesto”, no qual, no seu ponto 6, se “reconhece o papel da cultura enquanto força motriz para o desenvolvimento económico, a diversidade e a inovação, e se apoiam iniciativas que assegurem a sustentabilidade das indústrias culturais e criativas, impulsionem as economias locais, promovam oportunidades económicas, diversificação e bem-estar, e criem ecossistemas culturais resilientes, tanto em áreas rurais como urbanas, incentivando o empreendedorismo, a criação de emprego e o investimento”, alinhando assim a estratégia das Cidades Criativas da UNESCO com o que foi subscrito na *Mondiacult 2022* e onde regularmente se avalia o grau de implementação a nível da cidade desta declaração.

Considerando que

A cidade de Braga foi distinguida como “European Rising Innovative City 2024” pelo European Innovation Council, que a reconheceu como força motriz da inovação europeia, demonstrando pioneirismo no desenvolvimento urbano sustentável, integrando abordagens inovadoras ao crescimento económico, inclusão social e valorização cultural;

Este reconhecimento estende-se igualmente ao sector cultural, através de iniciativas como o Braga Media Arts e espaços como o gnration, que funcionam como agentes de desenvolvimento, fomentando a criação e a experimentação artística aliadas à inovação tecnológica, consolidando e enriquecendo a identidade cultural da cidade, tornando-a uma referência europeia;

Considerando que

A Estratégia Braga 2030 sublinha, nos seus objetivos estratégicos e no plano de ação do Eixo 3



[Cultura, Conhecimento e Economia], a crescente relevância e diversidade do sector cultural e criativo, bem como a importância de uma estratégia de potencialização desse valor, reconhecendo-o como um sector económico essencial para a inovação, a criação de emprego e a internacionalização;

Considerando que

Braga em 2025 é Capital Nacional da Cultura Portuguesa, após ter sido finalista do processo de seleção para Capital Europeia da Cultura 2027, um percurso e proposta reconhecidos pelo júri pela sua qualidade e solidez;

Propõe-se:

A adesão do Município de Braga à associação privada sem fins lucrativos designada “CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS”, criada no âmbito da candidatura ao reconhecimento de Clusters de Competitividade (N.º 01/2024, Maio de 2024, IAPMEI) e promovida pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria- e que conta já com 109 entidades (associações, cooperativas, empresas, fundações, municípios e individuais) cuja missão consiste em promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, apoiando a criação, produção e distribuição de produtos e serviços mais criativos, distintivos e disruptivos, com elevado valor económico e que tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva com vista à criação do Cluster Indústrias Culturais e Criativas e à sua afirmação enquanto Cluster Nacional de Competitividade, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.»

ANÁLISE

Os seus estatutos:

A C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO, adiante referida por Associação, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e com sede no Edifício de Serviços da AEP – Associação Empresarial de Portugal, sito na Av. Dr. António Macedo, n.ºs 196/200, 4450-617 em Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

- **O objeto:**
 - o Associação tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios



membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.

- **Os objetivos:**

- Promover a clusterização das Indústrias Culturais e Criativas e atuar com base numa visão estratégica comum e num programa de ação capaz de gerar impactos substantivos na economia;
- Assegurar a visibilidade e representatividade dos seus associados e o acesso destes às Indústrias Culturais e Criativas, em Portugal e no estrangeiro, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
- Contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio das Indústrias Culturais e Criativas;
- Fomentar a investigação e a troca de ideias, experiências e projetos nos setores referidos na alínea anterior;
- Promover e apoiar as atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da Associação e favoreçam a obtenção de níveis mais elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva;
- Promover atividades tais como cursos, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros e exposições;
- Prestar serviços aos seus associados e a entidades terceiras, fazendo uso de competências disponíveis ou a aceder numa lógica de rede;
- Cooperar e funcionar em rede, envolvendo empresas e outros operadores relevantes para a valorização das cadeias de valor, nomeadamente entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (SI&I), de formação profissional, associações empresariais e entidades públicas no sentido de garantir a maximização das oportunidades de participação cruzada;
- Maximizar a participação das empresas nacionais, nomeadamente das PME, em projetos de investigação e desenvolvimento, de financiamento nacional e comunitário, promovendo a inovação generalizada, o desenvolvimento de novas tecnologias e a formação de quadros qualificados que suportem essa mesma participação, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
- Promover a internacionalização através da participação em redes internacionais, desencadeando ou aprofundando iniciativas de interclusterização, bem como da promoção coletiva internacional dos bens e serviços produzidos nas respetivas cadeias de valor;
- Contribuir para a transição energética e ecológica, incentivando o desenvolvimento de uma economia circular nos processos produtivos e mantendo a aposta na



investigação e desenvolvimento, tendo como referência os objetivos do desenvolvimento sustentável;

- Acelerar a transição digital traduzida numa aposta permanente na inovação e na valorização da capacitação dos recursos humanos em ligação, nomeadamente, aos polos de inovação digital.
- Prestar aos seus associados o apoio necessário para a defesa dos seus interesses, quando estes se enquadrem no objeto da Associação.

- **Forma de organização:**

Os Órgãos associativos são:

- A Assembleia Geral;
- A Direção;
- O Conselho Fiscal;

- **Direitos do Município:**

Constituem direitos dos Associados:

- Participar nas reuniões da Assembleia Geral e requerer a sua convocação em sessão extraordinária mediante documento devidamente fundamentado e assinado por metade dos associados;
- Ser informado sobre a gestão administrativa e financeira da Associação, nas respetivas Assembleias Gerais, podendo examinar as contas, orçamentos, livros de contabilidade, atas, registos e demais documentos com estes conexos;
- Solicitar o apoio da Associação para a defesa dos seus direitos e interesses legítimos no âmbito de atuação da Associação;
- Sugerir à Direção as ações de promoção, de investigação ou outras que se mostrem adequadas à prossecução do projeto associativo;
- Promover e participar em grupos de trabalho específicos no seu âmbito, internos à Associação.

- **Deveres do Município:**

Constituem deveres dos Associados:



- Contribuir e apoiar a Associação na prossecução dos seus fins e ter uma conduta adequada aos objetivos da mesma;
 - Cumprir com o pagamento das quotas correspondentes à respetiva categoria de associado;
 - Cumprir e fazer cumprir o disposto nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da Associação;
 - Aceitar e cumprir as deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos da Associação;
 - Fornecer à Associação as informações que não tenham caráter reservado ou contendam com os princípios fixados no regime legal de proteção de dados e lhes sejam solicitadas para a prossecução do fim estatutário;
 - Designar uma pessoa singular como seu representante efetivo na Associação, podendo designar um representante suplente para o representar na ausência ou efetivo e/ou o seu representante suplente.
- **A contribuição financeira a pagar pelo Município, anualmente: 1.500€ (mil e quinhentos euros)**

ENQUADRAMENTO LEGAL:

O artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elenca as atribuições do Município:

Artigo 23.º

Atribuições do município

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- e) Património, cultura e ciência;
- m) Promoção do desenvolvimento;

No que ao caso interessa, a adesão em causa, encontra o devido enquadramento logo no nº 1 do artigo 23º, face às várias dimensões, e inclui-se em muitos domínios do nº 2.

QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais



A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (adiante RJAELPL), e veio revogar a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. O RJAELPL regula os serviços municipalizados bem como as participações locais prevendo que o regime jurídico aí estabelecido se aplique às empresas locais, associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, constituídas ou participadas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.

A atividade empresarial local é, nos termos da lei, desenvolvida pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas, através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais.

Nos termos do estipulado no RJAELPL são **participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios**, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais, sendo que para os efeitos desta lei as entidades aqui referidas consideram-se sociedades comerciais participadas.

Resulta, pois, que **as participações em associações, não são de considerar como participações locais, em virtude das associações não serem constituídas com base na lei comercial.** Esta é a própria orientação que o RJAELPL acolhe, veja-se o caso da sua divisão que dedica o Capítulo IV às “Participações Locais” e o Capítulo V a “Outras Participações”, onde concretiza no art. 59.º sob a epígrafe “Associações de direito privado” que os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações que se regem pelo Código Civil.

O RJAELPL pretendeu abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em terceiras entidades, designadamente de natureza privada ou cooperativa, bem como aplicar a essa participação um conjunto de regras financeiras comuns. Esta lei procurou um maior controlo entre os movimentos financeiros existentes entre as empresas locais e as respetivas entidades públicas participantes.

As associações de direito privado

i) Nos termos do art. 157.º do Código Civil as disposições do capítulo daquele código sobre as pessoas coletivas são aplicadas “às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados”.

Assim, a referida norma do Código Civil “parece deixar subentender que também há associações que têm por fim o lucro (económico) dos associados, embora se não apliquem aquelas disposições. Pensamos que o sentido da lei é considerar associação, em princípio, todo o agrupamento de pessoas que revista as características essenciais acima assinaladas: faz-se uma delimitação pela negativa: as entidades que têm por fim o lucro escapam à categoria de associação”.

ii) Conforme referido supra os municípios, as associações de municípios, independentemente da



respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, sendo que estas regem-se pelas normas contidas no Código Civil de onde resultam normas relativas à sua criação, funcionamento e extinção. Sendo que, para salvaguarda do interesse público na salvaguarda dessas instituições, o n.º 3 do artigo 56.º do RJAEPL manda que se apliquem as mesmas regras que encontramos para as sociedades participadas, com as devidas adaptações, ressaltando desde logo o estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º.

Estando assente a possibilidade das associações de direito privado poderem ser constituídas ou participadas por municípios, importa destacar que a constituição ou participação por parte daqueles deve ser fundamentada, como ficou dito, na melhor prossecução do interesse público. Acresce ainda, que a constituição ou participação de municípios em associações deste tipo, está assim dependente delas prosseguirem fins de relevante interesse público local, devendo, também, a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso, dos municípios.

Às associações de direito privado previstas no RJAEPL, é aplicável com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º e 32.º desta lei, este último, aplicável ex vi n.º 2 do artigo 53.º desta lei.

Participação dos municípios - “Outras Participações”

Como foi oportunamente referido, a atividade empresarial local é desenvolvida, entre outras entidades, pelos municípios através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais. Para além disso, este regime jurídico prevê a figura das participações locais que considera como “todas as participações sociais detidas pelos municípios, (...) em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais”.

Por fim, prevê ainda, no seu Capítulo V, a existência de outras participações, que se traduzem na participação dos municípios, assim como, de associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas em fundações, cooperativas e em associações de direito privado.

Os artigos 56.º e seguintes do RJAEPL fixam assim as normas sobre “Outras participações”, destacando que o ente participado, no caso aqui em análise, a associação, deve “prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 59.º do RJAEPL, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, destacando que as referidas associações se regem pelas normas do Código Civil. Este artigo do RJAEPL prevê ainda, no seu n.º 3 que o disposto no artigo 47.º deste diploma, referente à celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.



Requisitos das associações constituídas ou participadas pelos municípios

O n.º 1 do art. 56.º do RJAELPL prevê que os entes constituídos ou participados nos termos do capítulo V desse diploma legal, no caso as associações de direito privado, - **devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso os municípios.**

Sobre o requisito referente aos fins de relevante interesse público local que as associações de direito privado devem prosseguir, importa destacar que “o interesse público que norteia a atividade da Administração, “também delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos, através do princípio da especialidade (cfr. art.º 45º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

Em relação à prossecução do interesse público local, importa referir que “este depende do que o órgão executivo ou deliberativo do município determinar que é interesse público local (...) quanto às atividades se compreenderem no âmbito das atribuições dos municípios, opera aqui uma remissão para o art. 23.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

De acordo com este princípio, as pessoas coletivas existem tendo em vista a prossecução de determinados objetivos ou fins, pelo que só podem atuar para e na medida em que os pretendam alcançar. Nesta conformidade, “a limitação da capacidade da pessoa coletiva está principalmente neste dever de só exercer os poderes para alcançar os fins institucionais, sem que deles se possa desviar” (cfr art.º 160º nº 1 do Código Civil)”.

Nestes termos, o âmbito do objeto da associação deve integrar, também, alguma ou algumas das atribuições prosseguidas pelos municípios que nelas participam, o que aliás deverá ser destacado na fundamentação da própria deliberação da Assembleia Municipal, aquando da aprovação na mesma da adesão do município a uma associação.

Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo - a Assembleia Municipal, por parte do órgão executivo, destacando que é este o órgão a quem cabe a concretização do que é o interesse público local.

DO PROCEDIMENTO A ADOTAR PELO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Dos procedimentos legalmente fixados

Os números 2 e 3 do art.º 56.º do RJAELPL abordam os procedimentos a adotar pelos municípios para participarem em associações de direito privado.

Resulta do RJAELPL o seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAELPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), **competem à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a participação municipal em associações de direito privado.**



A deliberação a tomar deverá incidir sobre a adesão à associação de direito privado, sem fins lucrativos, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, e aprovação da despesa no valor da quota devida enquanto associado, identificando o ano a que se refere o pagamento, e a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município após a adesão à Associação nos termos da proposta que deve ser apresentada.

b) Para efeitos do disposto no art. 56.º n.º 2 do RJAEPL, a constituição ou a participação nos entes previstos no capítulo V deste regime jurídico - (Outras Participações) está sujeita ao **visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato**. O art. 2.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que determina estarem sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas, entre outras entidades, as autarquias locais.

A fiscalização prévia do tribunal de Contas, prevista no já mencionado artigo 56.º n.º 2 do RJAEPL, tem por fim verificar se os atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas estão conformes às leis em vigor e se os respetivos encargos têm cabimento em verba orçamental própria, sendo que, constitui fundamento da recusa do visto a desconformidade dos atos, contratos e demais instrumentos referidos com as leis em vigor que implique: a) Nulidade; b) Encargos sem cabimento em verba orçamental própria ou violação direta de normas financeiras; c) Ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro.

No âmbito da fiscalização prévia que decorre do artigo 54.º n.º 1 do RJAEPL importa ter presente a Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, onde são aprovadas as instruções sobre a organização dos processos de fiscalização prévia a remeter ao Tribunal de Contas.

Isto é, e como bem refere a Sra. Diretora do DJ, Dra. Isilda Castro:

«Na medida em que o n.º 3 do artigo 56.º do RJAEPL determina a aplicação, ainda que com as devidas adaptações, do consignado nos artigos 53.º a 55.º, o regime de aquisição de participações numa associação por parte de um município implica o seguinte procedimento, e a verificação dos seguintes requisitos

i) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e/ou a adesão - como é o caso - de associações já constituídas (*cfr.* artigo 53.º, n.º 1, *ex vi* artigo 56.º, n.º 3, do RJAEPL);

ii) As referidas entidades devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a fundamentação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse (*cfr.* artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do RJAEPL

iii) Nos casos em que a participação/adesão confira à entidade participante uma posição dominante (o que não se afigura ser o caso), a deliberação deve ser precedida dos necessários estudos técnicos que, entre outros aspetos, demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira das unidades a adquirir – nomeadamente através da identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade



participada, a justificação das necessidades que visam satisfazer, o benefício social que delas resulta e os efeitos da sua atividade sobre as contas, estrutura organizacional e recursos humanos do município (*cf.* artigo 32.º, ex vi artigos 56.º, n.º 3, e 53.º, n.º 2, do RJAEL). A ausência destes estudos e demonstrações comporta a nulidade da deliberação e eventual responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1 *in fine*;

iv) Para além dos estudos referidos anteriormente, o artigo 32.º, n.º 2, do RJAEL prevê ainda que naqueles sejam incluídos a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a associação, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da associação sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. Quanto a estes estudos, a expressão “*devem incluir*” presente no artigo 32.º, n.º 2, leva-nos a concluir que, apesar da sistematização normativa do artigo, a ausência destes elementos conduz também à nulidade da deliberação e à responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1, do mesmo diploma.

v) Se a adesão do Município às indicadas associações de direito privado sem fins lucrativos não conferir posição dominante, há quem defenda, que a deliberação que autorize a adesão não tem de ser precedida da realização dos estudos técnicos a que se refere o citado artigo 32.º do RJAEL, exigidos por este preceito apenas nos casos de aquisição de participações sociais que confiram um influência dominante da entidade participante (*cf.* artigos 53.º, n.º 2 e 58.º, da Lei n.º 50/2012).

vi) Todavia, na decisão n.º 1/2019, de 11-02-2019, do Tribunal de Contas foi seguido entendimento diverso, conforme dá nota o mesmo Autor, pronunciando-se no sentido da necessidade da prévia realização de estudos técnicos, ainda que esteja em causa uma participação que não confira à entidade participante uma posição dominante.

Sem prejuízo, na oportunidade, e, sendo caso disso, seguir-se-á, naturalmente, o entendimento do TdC quanto a esta matéria- nomeadamente apresentando os estudos ou relatórios de contas tidos por necessários.

vii) Porém, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, a deliberação do órgão deliberativo da entidade participante deve ser fundamentada, sendo que a fundamentação deve integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local.

viii) Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo por parte do órgão executivo, sendo que é este o órgão a quem cabe a primeira palavra sobre a concretização do que é o interesse público local

ix) Deverá também constar das respetivas deliberações uma referência aos encargos que o Município irá assumir com a adesão, como associado, às referidas associações.

x) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado está sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (*cf.* art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).

xi) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado encontra-se sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).»



EM SUMA:

1. As autarquias locais encontram-se sujeitas à prossecução da sua ação e ao desenvolvimento de todas as suas iniciativas à luz do princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, visto, principal, mas não unicamente, pela lente do interesse próprio da comunidade local.
2. Acresce que, como é sabido, a realização de qualquer despesa pública implica o cumprimento de determinados requisitos, entre os quais:
 - a verificação da conformidade legal da despesa (prévia existência de lei que autorize a despesa);
 - regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa);
 - economia, eficiência e eficácia da despesa;
 - cumprimento das regras quanto à competência para a autorização da despesa.(já que, as despesas das autarquias locais só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso).
3. Em toda a legislação aplicável à despesa pública encontramos a máxima concretização do princípio da prossecução do interesse público, a plena realização do interesse da coletividade na obrigação da relação jurídica de despesa pública: o justo gasto público.

CONCLUINDO:

1. O interesse público encontra-se fundamentado na proposta de adesão efetuada;
2. A associação foi constituída recentemente, e parece-nos que a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira da mesma, estará devidamente caracterizada nos seus estatutos (art. 26º - recursos financeiros);

ASSIM,

3. **O processo pode seguir para o Sr. Presidente, para efeitos de remessa a reunião do Executivo Municipal, nos seguintes termos:**

«Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

a) a adesão à C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO;



- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a mil e quinhentos euros, para o ano de 2025; e,
- c) a aceitação dos estatutos da associação.»

(Anexar: estatutos da Associação, análise de viabilidade, cabimento e compromisso)

4. Posto isto, remeter a visto do Tribunal de Contas.

É este, s.m.o., o m/ parecer.

Utilizador: Elisa Cunha Coelho



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/1957	3022/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que

A cidade de Braga integra, desde 2018, a Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área das Media Arts, desenvolvendo um programa contínuo de estímulo ao sector das indústrias culturais e criativas, fortalecendo a interligação entre arte, tecnologia e ciência, tanto a nível local como através de redes e projetos internacionais;

Esse compromisso foi reforçado na reunião anual das Cidades Criativas da UNESCO, com a assinatura do “Braga Manifesto”, no qual, no seu ponto 6, se “reconhece o papel da cultura enquanto força motriz para o desenvolvimento económico, a diversidade e a inovação, e se apoiam iniciativas que assegurem a sustentabilidade das indústrias culturais e criativas, impulsionem as economias locais, promovam oportunidades económicas, diversificação e bem-estar, e criem ecossistemas culturais resilientes, tanto em áreas rurais como urbanas, incentivando o empreendedorismo, a criação de emprego e o investimento”, alinhando assim a estratégia das Cidades Criativas da UNESCO com o que foi subscrito na *Mondiacult 2022* e onde regularmente se avalia o grau de implementação a nível da cidade desta declaração.

Considerando que

A cidade de Braga foi distinguida como “European Rising Innovative City 2024” pelo European Innovation Council, que a reconheceu como força motriz da inovação europeia, demonstrando pioneirismo no desenvolvimento urbano sustentável, integrando abordagens inovadoras ao crescimento económico, inclusão social e valorização cultural;



Este reconhecimento estende-se igualmente ao sector cultural, através de iniciativas como o Braga Media Arts e espaços como o gnracion, que funcionam como agentes de desenvolvimento, fomentando a criação e a experimentação artística aliadas à inovação tecnológica, consolidando e enriquecendo a identidade cultural da cidade, tornando-a uma referência europeia;

Considerando que

A Estratégia Braga 2030 sublinha, nos seus objetivos estratégicos e no plano de ação do Eixo 3 [Cultura, Conhecimento e Economia], a crescente relevância e diversidade do sector cultural e criativo, bem como a importância de uma estratégia de potencialização desse valor, reconhecendo-o como um sector económico essencial para a inovação, a criação de emprego e a internacionalização;

Considerando que

Braga em 2025 é Capital Nacional da Cultura Portuguesa, após ter sido finalista do processo de seleção para Capital Europeia da Cultura 2027, um percurso e proposta reconhecidos pelo júri pela sua qualidade e solidez;

Propõe-se:

A adesão do Município de Braga à associação privada sem fins lucrativos designada “CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS”, criada no âmbito da candidatura ao reconhecimento de Clusters de Competitividade (N.º 01/2024, Maio de 2024, IAPMEI) e promovida pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria- e que conta já com 109 entidades (associações, cooperativas, empresas, fundações, municípios e individuais) cuja missão consiste em promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, apoiando a criação, produção e distribuição de produtos e serviços mais criativos, distintivos e disruptivos, com elevado valor económico e que tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva com vista à criação do Cluster Indústrias Culturais e Criativas e à sua afirmação enquanto Cluster Nacional de Competitividade, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação, de acordo com **as condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão**, que se anexa:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1



do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

- a) a adesão à C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO;**
- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a mil e quinhentos euros, para o ano de 2025; e,**
- c) a aceitação dos estatutos da associação.**

Posteriormente, o processo deve ser remetido ao Tribunal de Contas para Visto.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 06/12/2024

Nº Processo: 8000/2024

Processo: Proposta de Adesão do Município de Braga à C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO

A PROPOSTA

«Proposta de Adesão à Associação “CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS”

Considerando que

A cidade de Braga integra, desde 2018, a Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área das Media Arts, desenvolvendo um programa contínuo de estímulo ao sector das indústrias culturais e criativas, fortalecendo a interligação entre arte, tecnologia e ciência, tanto a nível local como através de redes e projetos internacionais;

Esse compromisso foi reforçado na reunião anual das Cidades Criativas da UNESCO, com a assinatura do “Braga Manifesto”, no qual, no seu ponto 6, se “reconhece o papel da cultura enquanto força motriz para o desenvolvimento económico, a diversidade e a inovação, e se apoiam iniciativas que assegurem a sustentabilidade das indústrias culturais e criativas, impulsionem as economias locais, promovam oportunidades económicas, diversificação e bem-estar, e criem ecossistemas culturais resilientes, tanto em áreas rurais como urbanas, incentivando o empreendedorismo, a criação de emprego e o investimento”, alinhando assim a estratégia das Cidades Criativas da UNESCO com o que foi subscrito na *Mondiacult 2022* e onde regularmente se avalia o grau de implementação a nível da cidade desta declaração.

Considerando que

A cidade de Braga foi distinguida como “European Rising Innovative City 2024” pelo European Innovation Council, que a reconheceu como força motriz da inovação europeia, demonstrando pioneirismo no desenvolvimento urbano sustentável, integrando abordagens inovadoras ao crescimento económico, inclusão social e valorização cultural;

Este reconhecimento estende-se igualmente ao sector cultural, através de iniciativas como o Braga Media Arts e espaços como o gnration, que funcionam como agentes de desenvolvimento, fomentando a criação e a experimentação artística aliadas à inovação tecnológica, consolidando e enriquecendo a identidade cultural da cidade, tornando-a uma referência europeia;

Considerando que

A Estratégia Braga 2030 sublinha, nos seus objetivos estratégicos e no plano de ação do Eixo 3



[Cultura, Conhecimento e Economia], a crescente relevância e diversidade do sector cultural e criativo, bem como a importância de uma estratégia de potencialização desse valor, reconhecendo-o como um sector económico essencial para a inovação, a criação de emprego e a internacionalização;

Considerando que

Braga em 2025 é Capital Nacional da Cultura Portuguesa, após ter sido finalista do processo de seleção para Capital Europeia da Cultura 2027, um percurso e proposta reconhecidos pelo júri pela sua qualidade e solidez;

Propõe-se:

A adesão do Município de Braga à associação privada sem fins lucrativos designada “CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS”, criada no âmbito da candidatura ao reconhecimento de Clusters de Competitividade (N.º 01/2024, Maio de 2024, IAPMEI) e promovida pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria- e que conta já com 109 entidades (associações, cooperativas, empresas, fundações, municípios e individuais) cuja missão consiste em promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, apoiando a criação, produção e distribuição de produtos e serviços mais criativos, distintivos e disruptivos, com elevado valor económico e que tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva com vista à criação do Cluster Indústrias Culturais e Criativas e à sua afirmação enquanto Cluster Nacional de Competitividade, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.»

ANÁLISE

Os seus estatutos:

A C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO, adiante referida por Associação, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e com sede no Edifício de Serviços da AEP – Associação Empresarial de Portugal, sito na Av. Dr. António Macedo, n.ºs 196/200, 4450-617 em Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

- **O objeto:**
 - o Associação tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios



membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.

- **Os objetivos:**

- Promover a clusterização das Indústrias Culturais e Criativas e atuar com base numa visão estratégica comum e num programa de ação capaz de gerar impactos substantivos na economia;
- Assegurar a visibilidade e representatividade dos seus associados e o acesso destes às Indústrias Culturais e Criativas, em Portugal e no estrangeiro, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
- Contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio das Indústrias Culturais e Criativas;
- Fomentar a investigação e a troca de ideias, experiências e projetos nos setores referidos na alínea anterior;
- Promover e apoiar as atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da Associação e favoreçam a obtenção de níveis mais elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva;
- Promover atividades tais como cursos, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros e exposições;
- Prestar serviços aos seus associados e a entidades terceiras, fazendo uso de competências disponíveis ou a aceder numa lógica de rede;
- Cooperar e funcionar em rede, envolvendo empresas e outros operadores relevantes para a valorização das cadeias de valor, nomeadamente entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (SI&I), de formação profissional, associações empresariais e entidades públicas no sentido de garantir a maximização das oportunidades de participação cruzada;
- Maximizar a participação das empresas nacionais, nomeadamente das PME, em projetos de investigação e desenvolvimento, de financiamento nacional e comunitário, promovendo a inovação generalizada, o desenvolvimento de novas tecnologias e a formação de quadros qualificados que suportem essa mesma participação, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
- Promover a internacionalização através da participação em redes internacionais, desencadeando ou aprofundando iniciativas de interclusterização, bem como da promoção coletiva internacional dos bens e serviços produzidos nas respetivas cadeias de valor;
- Contribuir para a transição energética e ecológica, incentivando o desenvolvimento de uma economia circular nos processos produtivos e mantendo a aposta na



investigação e desenvolvimento, tendo como referência os objetivos do desenvolvimento sustentável;

- Acelerar a transição digital traduzida numa aposta permanente na inovação e na valorização da capacitação dos recursos humanos em ligação, nomeadamente, aos polos de inovação digital.
- Prestar aos seus associados o apoio necessário para a defesa dos seus interesses, quando estes se enquadrem no objeto da Associação.

- **Forma de organização:**

Os Órgãos associativos são:

- A Assembleia Geral;
- A Direção;
- O Conselho Fiscal;

- **Direitos do Município:**

Constituem direitos dos Associados:

- Participar nas reuniões da Assembleia Geral e requerer a sua convocação em sessão extraordinária mediante documento devidamente fundamentado e assinado por metade dos associados;
- Ser informado sobre a gestão administrativa e financeira da Associação, nas respetivas Assembleias Gerais, podendo examinar as contas, orçamentos, livros de contabilidade, atas, registos e demais documentos com estes conexos;
- Solicitar o apoio da Associação para a defesa dos seus direitos e interesses legítimos no âmbito de atuação da Associação;
- Sugerir à Direção as ações de promoção, de investigação ou outras que se mostrem adequadas à prossecução do projeto associativo;
- Promover e participar em grupos de trabalho específicos no seu âmbito, internos à Associação.

- **Deveres do Município:**

Constituem deveres dos Associados:



- Contribuir e apoiar a Associação na prossecução dos seus fins e ter uma conduta adequada aos objetivos da mesma;
 - Cumprir com o pagamento das quotas correspondentes à respetiva categoria de associado;
 - Cumprir e fazer cumprir o disposto nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da Associação;
 - Aceitar e cumprir as deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos da Associação;
 - Fornecer à Associação as informações que não tenham caráter reservado ou contendam com os princípios fixados no regime legal de proteção de dados e lhes sejam solicitadas para a prossecução do fim estatutário;
 - Designar uma pessoa singular como seu representante efetivo na Associação, podendo designar um representante suplente para o representar na ausência ou efetivo e/ou o seu representante suplente.
- **A contribuição financeira a pagar pelo Município, anualmente: 1.500€ (mil e quinhentos euros)**

ENQUADRAMENTO LEGAL:

O artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elenca as atribuições do Município:

Artigo 23.º

Atribuições do município

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2 - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- e) Património, cultura e ciência;
- m) Promoção do desenvolvimento;

No que ao caso interessa, a adesão em causa, encontra o devido enquadramento logo **no nº 1 do artigo 23º**, face às várias dimensões, e inclui-se em muitos domínios do nº 2.

QUANTO À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais



A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (adiante RJAELPL), e veio revogar a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. O RJAELPL regula os serviços municipalizados bem como as participações locais prevendo que o regime jurídico aí estabelecido se aplique às empresas locais, associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, constituídas ou participadas pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas.

A atividade empresarial local é, nos termos da lei, desenvolvida pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas, através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais.

Nos termos do estipulado no RJAELPL são **participações locais todas as participações sociais detidas pelos municípios**, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e pelas áreas metropolitanas em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais, sendo que para os efeitos desta lei as entidades aqui referidas consideram-se sociedades comerciais participadas.

Resulta, pois, que **as participações em associações, não são de considerar como participações locais, em virtude das associações não serem constituídas com base na lei comercial.** Esta é a própria orientação que o RJAELPL acolhe, veja-se o caso da sua divisão que dedica o Capítulo IV às “Participações Locais” e o Capítulo V a “Outras Participações”, onde concretiza no art. 59.º sob a epígrafe “Associações de direito privado” que os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações que se regem pelo Código Civil.

O RJAELPL pretendeu abranger o quadro completo de possibilidades de participação dos municípios em terceiras entidades, designadamente de natureza privada ou cooperativa, bem como aplicar a essa participação um conjunto de regras financeiras comuns. Esta lei procurou um maior controlo entre os movimentos financeiros existentes entre as empresas locais e as respetivas entidades públicas participantes.

As associações de direito privado

i) Nos termos do art. 157.º do Código Civil as disposições do capítulo daquele código sobre as pessoas coletivas são aplicadas “às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados”.

Assim, a referida norma do Código Civil “parece deixar subentender que também há associações que têm por fim o lucro (económico) dos associados, embora se não apliquem aquelas disposições. Pensamos que o sentido da lei é considerar associação, em princípio, todo o agrupamento de pessoas que revista as características essenciais acima assinaladas: faz-se uma delimitação pela negativa: as entidades que têm por fim o lucro escapam à categoria de associação”.

ii) Conforme referido supra os municípios, as associações de municípios, independentemente da



respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, sendo que estas regem-se pelas normas contidas no Código Civil de onde resultam normas relativas à sua criação, funcionamento e extinção. Sendo que, para salvaguarda do interesse público na salvaguarda dessas instituições, o n.º 3 do artigo 56.º do RJAELPL manda que se apliquem as mesmas regras que encontramos para as sociedades participadas, com as devidas adaptações, ressaltando desde logo o estabelecido no n.º 3 do artigo 59.º.

Estando assente a possibilidade das associações de direito privado poderem ser constituídas ou participadas por municípios, importa destacar que a constituição ou participação por parte daqueles deve ser fundamentada, como ficou dito, na melhor prossecução do interesse público. Acresce ainda, que a constituição ou participação de municípios em associações deste tipo, está assim dependente delas prosseguirem fins de relevante interesse público local, devendo, também, a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso, dos municípios.

Às associações de direito privado previstas no RJAELPL, é aplicável com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 53.º a 55.º e 32.º desta lei, este último, aplicável ex vi n.º 2 do artigo 53.º desta lei.

Participação dos municípios - “Outras Participações”

Como foi oportunamente referido, a atividade empresarial local é desenvolvida, entre outras entidades, pelos municípios através dos serviços municipalizados ou intermunicipalizados e das empresas locais. Para além disso, este regime jurídico prevê a figura das participações locais que considera como “todas as participações sociais detidas pelos municípios, (...) em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais”.

Por fim, prevê ainda, no seu Capítulo V, a existência de outras participações, que se traduzem na participação dos municípios, assim como, de associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas em fundações, cooperativas e em associações de direito privado.

Os artigos 56.º e seguintes do RJAELPL fixam assim as normas sobre “Outras participações”, destacando que o ente participado, no caso aqui em análise, a associação, deve “prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes”.

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 59.º do RJAELPL, os municípios podem participar com pessoas jurídicas privadas em associações, destacando que as referidas associações se regem pelas normas do Código Civil. Este artigo do RJAELPL prevê ainda, no seu n.º 3 que o disposto no artigo 47.º deste diploma, referente à celebração de contratos-programa com empresas locais de serviços de interesse geral aplica-se, com as devidas adaptações, às associações de direito privado em que as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.



Requisitos das associações constituídas ou participadas pelos municípios

O n.º 1 do art. 56.º do RJAEPL prevê que os entes constituídos ou participados nos termos do capítulo V desse diploma legal, no caso as associações de direito privado, - **devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes, no caso os municípios.**

Sobre o requisito referente aos fins de relevante interesse público local que as associações de direito privado devem prosseguir, importa destacar que “o interesse público que norteia a atividade da Administração, “também delimita a capacidade jurídica das pessoas coletivas públicas e a competência dos respetivos órgãos, através do princípio da especialidade (cfr. art.º 45º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).

Em relação à prossecução do interesse público local, importa referir que “este depende do que o órgão executivo ou deliberativo do município determinar que é interesse público local (...) quanto às atividades se compreenderem no âmbito das atribuições dos municípios, opera aqui uma remissão para o art. 23.º, n.º 2, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.

De acordo com este princípio, as pessoas coletivas existem tendo em vista a prossecução de determinados objetivos ou fins, pelo que só podem atuar para e na medida em que os pretendam alcançar. Nesta conformidade, “a limitação da capacidade da pessoa coletiva está principalmente neste dever de só exercer os poderes para alcançar os fins institucionais, sem que deles se possa desviar” (cfr art.º 160º nº 1 do Código Civil)”.

Nestes termos, o âmbito do objeto da associação deve integrar, também, alguma ou algumas das atribuições prosseguidas pelos municípios que nelas participam, o que aliás deverá ser destacado na fundamentação da própria deliberação da Assembleia Municipal, aquando da aprovação na mesma da adesão do município a uma associação.

Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo - a Assembleia Municipal, por parte do órgão executivo, destacando que é este o órgão a quem cabe a concretização do que é o interesse público local.

DO PROCEDIMENTO A ADOTAR PELO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAR EM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

Dos procedimentos legalmente fixados

Os números 2 e 3 do art.º 56.º do RJAEPL abordam os procedimentos a adotar pelos municípios para participarem em associações de direito privado.

Resulta do RJAEPL o seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), **competete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a participação municipal em associações de direito privado.**



A deliberação a tomar deverá incidir sobre a adesão à associação de direito privado, sem fins lucrativos, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos, e aprovação da despesa no valor da quota devida enquanto associado, identificando o ano a que se refere o pagamento, e a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município após a adesão à Associação nos termos da proposta que deve ser apresentada.

b) Para efeitos do disposto no art. 56.º n.º 2 do RJAEPL, a constituição ou a participação nos entes previstos no capítulo V deste regime jurídico - (Outras Participações) está sujeita ao **visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato**. O art. 2.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que determina estarem sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas, entre outras entidades, as autarquias locais.

A fiscalização prévia do tribunal de Contas, prevista no já mencionado artigo 56.º n.º 2 do RJAEPL, tem por fim verificar se os atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas estão conformes às leis em vigor e se os respetivos encargos têm cabimento em verba orçamental própria, sendo que, constitui fundamento da recusa do visto a desconformidade dos atos, contratos e demais instrumentos referidos com as leis em vigor que implique: a) Nulidade; b) Encargos sem cabimento em verba orçamental própria ou violação direta de normas financeiras; c) Ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro.

No âmbito da fiscalização prévia que decorre do artigo 54.º n.º 1 do RJAEPL importa ter presente a Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, onde são aprovadas as instruções sobre a organização dos processos de fiscalização prévia a remeter ao Tribunal de Contas.

Isto é, e como bem refere a Sra. Diretora do DJ, Dra. Isilda Castro:

«Na medida em que o n.º 3 do artigo 56.º do RJAEEL determina a aplicação, ainda que com as devidas adaptações, do consignado nos artigos 53.º a 55.º, o regime de aquisição de participações numa associação por parte de um município implica o seguinte procedimento, e a verificação dos seguintes requisitos

i) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e/ou a adesão - como é o caso - de associações já constituídas (*cfr.* artigo 53.º, n.º 1, *ex vi* artigo 56.º, n.º 3, do RJAEEL);

ii) As referidas entidades devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a fundamentação da deliberação referida integrar os pressupostos justificativos desse interesse (*cfr.* artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1, do RJAEEL

iii) Nos casos em que a participação/adesão confira à entidade participante uma posição dominante (o que não se afigura ser o caso), a deliberação deve ser precedida dos necessários estudos técnicos que, entre outros aspetos, demonstrem a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira das unidades a adquirir – nomeadamente através da identificação dos ganhos de qualidade e racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade



participada, a justificação das necessidades que visam satisfazer, o benefício social que delas resulta e os efeitos da sua atividade sobre as contas, estrutura organizacional e recursos humanos do município (*cf.* artigo 32.º, ex vi artigos 56.º, n.º 3, e 53.º, n.º 2, do RJAEL). A ausência destes estudos e demonstrações comporta a nulidade da deliberação e eventual responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1 *in fine*;

iv) Para além dos estudos referidos anteriormente, o artigo 32.º, n.º 2, do RJAEL prevê ainda que naqueles sejam incluídos a justificação das necessidades que se pretendem satisfazer com a associação, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da atividade da associação sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto dos cidadãos. Quanto a estes estudos, a expressão “*devem incluir*” presente no artigo 32.º, n.º 2, leva-nos a concluir que, apesar da sistematização normativa do artigo, a ausência destes elementos conduz também à nulidade da deliberação e à responsabilidade financeira, nos termos do artigo 32.º, n.º 1, do mesmo diploma.

v) Se a adesão do Município às indicadas associações de direito privado sem fins lucrativos não conferir posição dominante, há quem defenda, que a deliberação que autorize a adesão não tem de ser precedida da realização dos estudos técnicos a que se refere o citado artigo 32.º do RJAEL, exigidos por este preceito apenas nos casos de aquisição de participações sociais que confiram um influência dominante da entidade participante (*cf.* artigos 53.º, n.º 2 e 58.º, da Lei n.º 50/2012).

vi) Todavia, na decisão n.º 1/2019, de 11-02-2019, do Tribunal de Contas foi seguido entendimento diverso, conforme dá nota o mesmo Autor, pronunciando-se no sentido da necessidade da prévia realização de estudos técnicos, ainda que esteja em causa uma participação que não confira à entidade participante uma posição dominante.

Sem prejuízo, na oportunidade, e, sendo caso disso, seguir-se-á, naturalmente, o entendimento do TdC quanto a esta matéria- nomeadamente apresentando os estudos ou relatórios de contas tidos por necessários.

vii) Porém, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, a deliberação do órgão deliberativo da entidade participante deve ser fundamentada, sendo que a fundamentação deve integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local.

viii) Esta fundamentação deve ser fornecida ao órgão deliberativo por parte do órgão executivo, sendo que é este o órgão a quem cabe a primeira palavra sobre a concretização do que é o interesse público local

ix) Deverá também constar das respetivas deliberações uma referência aos encargos que o Município irá assumir com a adesão, como associado, às referidas associações.

x) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado está sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (*cf.* art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).

xi) A deliberação da Assembleia Municipal que aprove, sob proposta da Câmara, a adesão às referidas associações de direito privado encontra-se sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, independentemente do montante associado à respetiva adesão (art.º 54.º, n.º 1, do RJAEL).»



EM SUMA:

1. As autarquias locais encontram-se sujeitas à prossecução da sua ação e ao desenvolvimento de todas as suas iniciativas à luz do princípio da legalidade e da prossecução do interesse público, visto, principal, mas não unicamente, pela lente do interesse próprio da comunidade local.
2. Acresce que, como é sabido, a realização de qualquer despesa pública implica o cumprimento de determinados requisitos, entre os quais:
 - a verificação da conformidade legal da despesa (prévia existência de lei que autorize a despesa);
 - regularidade financeira (inscrição orçamental, correspondente cabimento e adequada classificação da despesa);
 - economia, eficiência e eficácia da despesa;
 - cumprimento das regras quanto à competência para a autorização da despesa.(já que, as despesas das autarquias locais só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso).
3. Em toda a legislação aplicável à despesa pública encontramos a máxima concretização do princípio da prossecução do interesse público, a plena realização do interesse da coletividade na obrigação da relação jurídica de despesa pública: o justo gasto público.

CONCLUINDO:

1. O interesse público encontra-se fundamentado na proposta de adesão efetuada;
2. A associação foi constituída recentemente, e parece-nos que a viabilidade e a sustentabilidade económico financeira da mesma, estará devidamente caracterizada nos seus estatutos (art. 26º - recursos financeiros);

ASSIM,

3. **O processo pode seguir para o Sr. Presidente, para efeitos de remessa a reunião do Executivo Municipal, nos seguintes termos:**

«Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), submete-se **para aprovação da Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal:**

a) a adesão à C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO;



- b) a aprovação do pagamento da despesa no valor da quota devida enquanto Município Membro, correspondente a mil e quinhentos euros, para o ano de 2025; e,**
- c) a aceitação dos estatutos da associação.»**

(Anexar: estatutos da Associação, análise de viabilidade, cabimento e compromisso)

4. Posto isto, remeter a visto do Tribunal de Contas.

É este, s.m.o., o m/ parecer.

Utilizador: Elisa Cunha Coelho



CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Natureza, sede e âmbito

Artigo 1.º

Natureza, duração e denominação

É constituída, por tempo indeterminado, uma Associação privada sem fins lucrativos denominada C.I.C.C. - CLUSTER INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - ASSOCIAÇÃO, abreviadamente designada por Associação que se regerá pelo disposto nos presentes Estatutos e na legislação aplicável.

Artigo 2.º

Sede

A Associação tem sede no Edifício de Serviços da AEP – Associação Empresarial de Portugal, sito na Av. Dr. António Macedo, nºs 196/200, 4450-617 em Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Artigo 3.º

Fim e âmbito

1. A Associação tem como objeto a dinamização de ações de eficiência coletiva, dentro do próprio agregado económico e de forma supletiva à atuação dos seus próprios membros, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação, da capacitação, do acesso ao financiamento, da internacionalização, da digitalização, da sustentabilidade dos recursos e da participação em candidaturas nacionais e europeias que permitam reforçar a resiliência das Indústrias Culturais e Criativas e conferir ao setor uma dimensão à escala europeia e internacional.
2. Integram o setor das Indústrias Culturais e Criativas as áreas de atividades que têm em comum a utilização da criatividade, do conhecimento cultural e da propriedade intelectual como recursos para desenvolver, criar, produzir, divulgar e preservar bens e serviços com significado industrial e empresarial, social, artístico e cultural, designadamente nas seguintes principais áreas temáticas: Património cultural material e imaterial; Arquitetura e Design; Literatura, livros e publicações; Museus, galerias, bibliotecas e arquivos; Música, rádio e festivais; Audiovisual; Novas tecnologias (Realidade Virtual, Realidade Aumentada, Inteligência Artificial); Artes visuais e performativas e Artesanato.
3. Com vista à prossecução do seu objeto compete especificamente à Associação:
 - a) Promover a clusterização das Indústrias Culturais e Criativas e atuar com base numa visão estratégica comum e num programa de ação capaz de gerar impactos substantivos na economia;
 - b) Assegurar a visibilidade e representatividade dos seus associados e o acesso destes às Indústrias Culturais e Criativas, em Portugal e no estrangeiro, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
 - c) Contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio das Indústrias Culturais e Criativas;



- d) Fomentar a investigação e a troca de ideias, experiências e projetos nos setores referidos na alínea anterior;
 - e) Promover e apoiar as atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da Associação e favoreçam a obtenção de níveis mais elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva;
 - f) Promover atividades tais como cursos, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros e exposições;
 - g) Prestar serviços aos seus associados e a entidades terceiras, fazendo uso de competências disponíveis ou a aceder numa lógica de rede;
 - h) Cooperar e funcionar em rede, envolvendo empresas e outros operadores relevantes para a valorização das cadeias de valor, nomeadamente entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (SI&I), de formação profissional, associações empresariais e entidades públicas no sentido de garantir a maximização das oportunidades de participação cruzada;
 - i) Maximizar a participação das empresas nacionais, nomeadamente das PME, em projetos de investigação e desenvolvimento, de financiamento nacional e comunitário, promovendo a inovação generalizada, o desenvolvimento de novas tecnologias e a formação de quadros qualificados que suportem essa mesma participação, tendo em vista a prossecução do objeto da Associação;
 - j) Promover a internacionalização através da participação em redes internacionais, desencadeando ou aprofundando iniciativas de interclusterização, bem como da promoção coletiva internacional dos bens e serviços produzidos nas respetivas cadeias de valor;
 - k) Contribuir para a transição energética e ecológica, incentivando o desenvolvimento de uma economia circular nos processos produtivos e mantendo a aposta na investigação e desenvolvimento, tendo como referência os objetivos do desenvolvimento sustentável;
 - l) Acelerar a transição digital traduzida numa aposta permanente na inovação e na valorização da capacitação dos recursos humanos em ligação, nomeadamente, aos polos de inovação digital.
 - m) Prestar aos seus associados o apoio necessário para a defesa dos seus interesses, quando estes se enquadrem no objeto da Associação.
4. A Associação poderá filiar-se, associar-se ou aderir a organismos que possam contribuir para a execução dos seus objetivos estatutários, nacionais ou internacionais, bem como criar delegações ou quaisquer outras formas de representação, sempre que o entender conveniente.

CAPÍTULO II

Associados

Artigo 4.º

Qualidade de associado

1. Podem adquirir a qualidade de associado da Associação todas as entidades empresariais e não empresariais, públicas ou privadas que exerçam, em território nacional, atividade industrial, cultural, de serviços ou outra relacionada com a cadeia de valor das Indústrias Culturais e Criativas, e que manifestem o seu interesse em aderir à Associação e cumpram os seus princípios legais e estatutários.
2. Os associados podem revestir a qualidade de:
 - a) Associados fundadores: as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras que participam na criação e constituição da Associação;



- b) Associados aderentes: as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, não abrangidas pelo disposto na alínea anterior, que exerçam uma atividade no domínio das Indústrias Culturais e Criativas.
 - c) Associados convidados: as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou internacionais, sob decisão da Direção, com base em serviços relevantes prestados à Associação. Ao “associado convidado” não é exigido o pagamento de quotas.
3. As regras para apuramento dos direitos de voto das diferentes categorias de associados, o valor das quotas, bem como as regras de admissão a associado são determinadas por Regulamento Interno.

Artigo 5.º **Admissão de associados**

1. A admissão de novos associados aderentes far-se-á mediante registo em formulário próprio, cabendo à Direção a respetiva aprovação.
2. A qualidade de associado deverá ser inscrita no respetivo livro de registo dos associados, desde que sejam cumpridos os requisitos exigidos para o efeito.

Artigo 6.º **Direitos dos associados**

1. Constituem direitos dos associados:
 - a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e requerer a sua convocação em sessão extraordinária mediante documento devidamente fundamentado e assinado por metade dos associados;
 - b) Ser informado sobre a gestão administrativa e financeira da Associação, nas respetivas Assembleias Gerais, podendo examinar as contas, orçamentos, livros de contabilidade, atas, registos e demais documentos com estes conexos;
 - c) Solicitar o apoio da Associação para a defesa dos seus direitos e interesses legítimos no âmbito de atuação da Associação;
 - d) Sugerir à Direção as ações de promoção, de investigação ou outras que se mostrem adequadas à prossecução do projeto associativo;
 - e) Promover e participar em grupos de trabalho específicos no seu âmbito, internos à Associação.

Artigo 7.º **Deveres dos associados**

1. Constituem deveres dos associados:
 - a) Contribuir e apoiar a Associação na prossecução dos seus fins e ter uma conduta adequada aos objetivos da mesma;
 - b) Cumprir com o pagamento das quotas correspondentes à respetiva categoria de associado;
 - c) Cumprir e fazer cumprir o disposto nos presentes estatutos e nos regulamentos internos da Associação;
 - d) Aceitar e cumprir as deliberações legitimamente tomadas pelos órgãos da Associação;
 - e) Fornecer à Associação as informações que não tenham caráter reservado ou contendam com os princípios fixados no regime legal de proteção de dados e lhes sejam solicitadas para a prossecução do fim estatutário;
 - f) Designar uma pessoa singular como seu representante efetivo na Associação, podendo designar um representante suplente para o representar na ausência ou



impedimento do representante efetivo, bem como substituir o seu representante efetivo e/ou o seu representante suplente

Artigo 8.º

Perda, suspensão e exclusão da qualidade de associado

1. Perdem a qualidade de associados aqueles que:
 - a) Deixarem de cumprir as obrigações referidas no artigo 7.º;
 - b) Os que, de forma reiterada, tenham atentado contra os interesses da Associação, em termos que revelem um comportamento desleal ou gravemente perturbador do funcionamento da Associação;
 - c) Sejam extintos, apresentem pedido de declaração de insolvência ou sejam declarados insolventes ou por qualquer outra forma sejam dissolvidos ou liquidados.
2. Ficam automaticamente suspensos do exercício dos seus direitos os associados que se encontrem em mora, por mais de um ano, no pagamento das suas quotas e de outras dívidas para com a Associação.
3. A suspensão será comunicada ao associado, fixando-lhe o prazo de seis meses para pagar o montante em dívida ou justificar a falta de pagamento, sob pena de perder a sua qualidade de associado.
4. A exclusão de associados, nos termos do número anterior, cabe à Direção e será sempre precedida da audiência do associado visado, a quem será concedido prazo suficiente para apresentar por escrito a sua defesa.
5. A exclusão não confere ao associado direito a qualquer indemnização ou compensação.

CAPÍTULO III

Órgãos Sociais

Artigo 9.º

Disposições gerais

1. São órgãos sociais da Associação:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direção;
 - c) O Conselho Fiscal;
2. É órgão de consulta da Associação o Conselho Estratégico, nos termos previstos nos artigos 22º a 24º destes Estatutos.
3. O mandato dos órgãos sociais é de três anos civis, cessando as suas funções no ato de posse dos titulares que lhes sucederem.
4. O mandato dos órgãos sociais inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar durante o mês imediato à data das eleições.
5. As eleições devem ocorrer de três em três anos civis, na mesma Assembleia Geral em que forem aprovadas as contas anuais, e nunca após o dia 31 de março do ano em que devam realizar-se eleições.
6. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se automaticamente prorrogado o mandato em curso até à tomada de posse dos novos órgãos sociais e o mandato dos novos órgãos sociais será encurtado na mesma medida do referido atraso.
7. Ocorrendo qualquer vaga num dos órgãos da Associação antes do termo do mandato em curso, o próprio órgão pode proceder ao seu preenchimento por cooptação, sujeita a ratificação na Assembleia Geral seguinte, sendo que os membros cooptados para o



preenchimento de tais vagas exercerão funções até ao termo do mandato dos restantes membros do órgão respetivo.

8. São lavradas atas das reuniões de qualquer órgão, sendo obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

Secção I **Assembleia Geral**

Artigo 10.º **Composição**

1. A Assembleia Geral é composta por todos os associados, no pleno gozo dos seus direitos e obrigações associativas.
2. A Mesa da Assembleia Geral é formada por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dois secretários eleitos pela Assembleia Geral.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta designar, na própria reunião, o respetivo substituto de entre os Associados presentes, os quais cessam as funções no termo da reunião.
4. Compete, em especial, ao Presidente da Mesa:
 - a) Convocar e dirigir os trabalhos das respetivas reuniões, nos termos da lei e dos presentes estatutos;
 - b) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais da competência da Assembleia Geral, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
 - c) Conferir posse aos membros dos órgãos sociais eleitos.
5. Compete, em geral, aos Vice-Presidentes coadjuvar o Presidente na condução dos trabalhos das reuniões e, em especial, preparar o expediente necessário, registar as presenças, escrutinar votos e redigir as atas.

Artigo 11.º **Funcionamento**

1. A Assembleia Geral reúne, em sessão ordinária, duas vezes em cada ano, nos seguintes prazos e para os seguintes efeitos:
 - a) Até 31 de março, para apreciação e deliberação, ouvidos os pareceres do Conselho Fiscal, sobre o balanço, contas e relatório da Direção relativo às atividades do ano anterior e para eleição dos membros dos órgãos sociais, nos anos em que tal eleição deva ocorrer;
 - b) Até 30 de novembro, para aprovar o orçamento e os planos de atividades anuais para o ano seguinte.
2. A Assembleia Geral reúne, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Presidente da Mesa, por iniciativa própria ou a pedido da Direção, do Conselho Fiscal ou de, pelo menos, metade dos associados no pleno gozo dos seus direitos associativos.
3. A Assembleia Geral reúne mediante convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia Geral dirigida por escrito e remetida por meio de aviso postal ou envio eletrónico com recibo de leitura, expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de quinze dias, a qual deve indicar o dia, hora e o local da reunião, bem como os assuntos incluídos na ordem de trabalhos.
4. A Assembleia Geral reunirá, em primeira convocação, à hora marcada com a presença de, pelo menos, metade dos associados.



5. Se à hora marcada não se verificar o número de presenças exigido, a Assembleia Geral reunirá podendo funcionar e deliberar com qualquer número de associados presentes quinze minutos depois, sem prejuízo do quórum deliberativo previsto nos estatutos ou na lei.

Artigo 12.º **Deliberações**

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta do número de votos dos associados presentes na Assembleia Geral, com as seguintes exceções:
 - a. A deliberação sobre a dissolução ou prorrogação da Associação, que exige o voto favorável de três quartos do número total de associados;
 - b. A deliberação sobre a alteração de estatutos, que exige o voto favorável de três quartos do número total de associados;
 - c. A deliberação sobre a aprovação e alteração dos Regulamentos Internos, que exige o voto favorável de dois terços do número de associados presentes.
2. O número total de associados e de votos é aferido na data de envio da convocatória para a Assembleia Geral em causa.
3. Sem prejuízo das regras específicas estabelecidas nos presentes estatutos, as votações efetuar-se-ão:
 - a. pela forma indicada pelo Presidente da Mesa;
 - b. por outra forma que seja aprovada pela Assembleia; ou,
 - c. por escrutínio secreto, sempre que se tratar de destituir titulares dos órgãos sociais da Associação ou de assuntos de incidência pessoal dos associados.

Artigo 13.º **Competências**

1. Para além de outras que lhe sejam expressamente atribuídas pela lei e pelos presentes Estatutos, é da competência da Assembleia Geral:
 - a. Eleger e destituir os membros da respetiva Mesa e a totalidade dos membros da Direção e do Conselho Fiscal;
 - b. Aprovar o plano anual e o orçamento, ouvido o parecer do Conselho Fiscal e da Direção;
 - c. Alterar os estatutos;
 - d. Aprovar a dissolução, cisão ou fusão da Associação;
 - e. Fixar o destino a dar aos bens sociais em caso de dissolução da Associação, nos termos e limites legais;
 - f. Deliberar sobre a remuneração dos órgãos sociais;
 - g. Autorizar a Associação a demandar membros dos órgãos sociais por factos praticados no exercício das suas funções;
 - h. Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações; e,
 - i. Aprovar os Regulamentos Internos e quaisquer alterações aos mesmos.

Secção II **Direção**

Artigo 14.º **Composição**



1. A Direção é composta por sete membros, dos quais um é o Presidente, eleito pelos referidos membros, dois Vice-Presidentes, eleito pelos referidos membros e os restantes quatro serão Vogais.
2. As pessoas singulares eleitas para a Direção, para exercerem o cargo para que foram eleitas, terão de se fazer associados da Associação.
3. Os Vice-Presidentes da Direção substituem o Presidente na sua ausência, falta ou impedimentos.

Artigo 15.º

Funcionamento

1. A Direção reunirá sempre que necessário, a pedido do seu Presidente ou, pelo menos, de três dos seus membros, através da convocação pelo Presidente.
2. A Direção reúne, de forma ordinária, pelo menos, uma vez a cada dois meses.
3. As convocatórias para as reuniões da Direção são feitas por escrito e remetidas por meio de aviso postal ou envio eletrónico com recibo de leitura, com a antecedência mínima de sete dias, a qual deve indicar o dia, hora e o local da reunião, bem como os assuntos incluídos na ordem de trabalhos.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que todos os Diretores estejam presentes numa reunião da Direção, o Presidente poderá agendar a data da reunião seguinte, considerando-se esta última como convocada para todos os efeitos legais.
5. Qualquer membro pode solicitar ao Presidente para adicionar um ponto à agenda da reunião seguinte da Direção.
6. Todas as reuniões da Direção serão presididas pelo Presidente ou, na sua ausência, por um dos Vice-Presidentes. Caso o Presidente e os Vice-Presidentes estejam impossibilitados, a reunião de Direção poderá ser presidida por um dos Vogais da Direção sob indicação do Presidente.

Artigo 16.º

Deliberações

1. Sem prejuízo de a Direção dever sempre procurar consensos, sempre que tal não seja possível, as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.
2. Cada membro da Direção tem direito a um voto e não são permitidas abstenções.
3. A Direção só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.
4. Em caso de empate, o Presidente da Direção tem direito a voto de qualidade.
5. Qualquer membro da Direção pode delegar noutro membro, por escrito, em carta dirigida ao Presidente da Direção, o seu voto.

Artigo 17.º

Competências

1. A Direção tem por responsabilidade a gestão da Associação e o poder de tomar qualquer ação que considere necessária ou útil à concretização dos objetivos da Associação.
2. A Direção prepara e executa todas as decisões ou outros atos importantes para o bom funcionamento da Associação, estando para isso mandatado desde que os mesmos constem do plano de ações anual e estejam patentes no orçamento aprovado pela Assembleia Geral.
3. A Direção poderá delegar, num Diretor Geral, parte das competências enunciadas neste artigo.
4. Em particular, a Direção está mandatado para:
 - a) Admitir novos associados;
 - b) Decidir a exclusão de associados;



- c) Promover, dinamizar, coordenar e dirigir as iniciativas necessárias à prossecução do objeto da Associação;
 - d) Representar a Associação em juízo e fora dele, designadamente junto a organismos nacionais e estrangeiros no quadro do objeto social da Associação;
 - e) Administrar os bens da Associação e dirigir a sua atividade de acordo com o plano(s) e orçamento(s) aprovado(s), podendo, para esse efeito, contratar pessoal e colaboradores, fixando as condições de trabalho e respetiva disciplina;
 - f) Constituir mandatários, os quais obrigarão a Associação de acordo com os respetivos mandatos;
 - g) Gerir os recursos humanos, financeiros e técnicos da Associação, incluindo a gestão de expediente e tesouraria, identificando necessidades concretas no quadro das atividades e objetivos a alcançar e propor iniciativas com vista à solução das mesmas;
 - h) Preparar propostas para a Assembleia Geral;
 - i) Elaborar o balanço, as contas, o relatório de atividades do ano anterior, o plano de atividades para o ano seguinte e o orçamento e submetê-los à aprovação da Assembleia Geral;
 - j) Nomear e demitir o Diretor Geral e aprovar a respetiva delegação de poderes, bem como as condições do respetivo contrato, designadamente as condições remuneratórias;
 - k) Providenciar apoio e orientação ao Diretor Geral;
 - l) Estabelecer uma estrutura de apoio sempre que considerada necessária para conduzir as atividades da Associação;
 - m) Supervisionar a gestão da Associação e estabelecer programas e prioridades;
 - n) Estabelecer e manter a ligação com outras estruturas exteriores;
 - o) Representar a Associação perante órgãos e organismos do Estado, associações de qualquer natureza, sociedades e outras entidades nacionais e estrangeiras;
 - p) Criar, organizar e dirigir os serviços internos da Associação e assegurar a escrituração dos livros nos termos da lei;
 - q) Executar e fazer cumprir os preceitos legais, estatutários e regulamentares, bem como as deliberações da Assembleia Geral e as suas próprias; e
 - r) Praticar todos os demais atos necessários ou convenientes à realização dos fins da Associação, de acordo com a lei aplicável, os presentes Estatutos, os Regulamentos Internos e deliberações dos demais órgãos da Associação.
5. A Direção pode criar ou extinguir grupos de trabalho para o estudo de assuntos especializados ou para a execução de projetos específicos.

Artigo 18.º

Vinculação

1. Para vincular a Associação são necessárias duas assinaturas, sendo uma a assinatura do Presidente da Direção e outra de um dos seus Vice-Presidentes ou, na ausência do Presidente da Direção, a assinatura de dois Vice-Presidentes da Direção.
2. Para obrigar a Associação em atos de gestão corrente é suficiente a assinatura do Presidente da Direção ou, caso tenha sido nomeado, do Diretor Geral, nos termos da respetiva delegação.

Secção III

Conselho Fiscal

Artigo 19.º

Composição



1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal Efetivo (ROC).
2. Um dos membros efetivos do Conselho Fiscal é revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Artigo 20.º

Funcionamento

1. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez em cada ano fiscal e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convoque.
2. As convocatórias para as reuniões do Conselho Fiscal são feitas pelo respetivo Presidente por escrito e remetidas por meio de aviso postal ou envio eletrónico com recibo de leitura com a antecedência mínima de sete dias, a qual deve indicar o dia, hora e o local da reunião, bem como os assuntos incluídos na ordem de trabalhos.
3. Cada membro do Conselho Fiscal tem direito a um voto.
4. As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria dos membros presentes nas reuniões.
5. O Conselho Fiscal só poderá deliberar caso se encontrem presentes, pelo menos, metade dos seus membros.
6. A indicação dos representantes dos membros impedidos de participar numa reunião será efetuada por carta remetida ao Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 21.º

Competências

1. Ao Conselho Fiscal compete:
 - a) Vigiar a observância da lei e dos estatutos;
 - b) Verificar a regularidade dos livros de escrita da Associação bem como dos registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - c) Verificar a exatidão do balanço e da demonstração dos resultados;
 - d) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pela-Direção;
 - e) Participar nas reuniões da Direção em que sejam tratadas matérias da sua competência e dar parecer sobre qualquer consulta que por aquela lhe seja apresentada;
 - f) Requerer a convocação da Assembleia Geral, sempre que o julgar necessário;
 - g) Propor à Assembleia Geral e à Direção a realização de auditorias externas, quando tal se revele necessário ou conveniente;
 - h) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direção;
 - i) Exercer as demais competências previstas na lei e nos presentes Estatutos.

Secção IV

ORGÃO DE CONSULTA

Conselho Estratégico

Artigo 22.º

Composição



1. O Conselho Estratégico é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, designados pela Direção, sob proposta do seu Presidente.
2. O Vice-Presidente do Conselho substitui o Presidente na sua ausência, falta ou impedimentos.
3. Do Conselho Estratégico farão também parte vogais, até um máximo de 20, designados da mesma forma que o Presidente e o Vice-Presidente, tal como referido no n.º 1 deste artigo.

Artigo 23.º

Funcionamento

1. O Conselho Estratégico reunirá ordinariamente uma vez em cada ano fiscal e extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convoque.
2. O Conselho Estratégico tem funções consultivas da Associação, cabendo-lhe pronunciar-se sobre a atividade da Associação, de acordo com as orientações da direção aprovadas em assembleia geral.
3. É constituído por personalidades convidadas pela Direção que possam contribuir com o seu saber e experiência no âmbito das Indústrias Culturais e Criativas, designadamente nas nove principais áreas temáticas, mencionadas no número 2 do artigo 3.º, não devendo ultrapassar os 18 elementos.

Artigo 24.º

Competências

1. Ao Conselho Estratégico compete:
 - a) Acompanhar e monitorizar os esforços da Associação na prossecução do seu fim;
 - b) Pronunciar-se sobre a atividade da Associação;
 - c) Pronunciar-se sobre problemas que afetam as Indústrias Culturais e Criativas no contexto económico;
 - d) Emitir um relatório por cada reunião que realizada;
 - e) Emitir pareceres sobre assuntos que lhes sejam apresentados pela Assembleia Geral;
 - f) Emitir recomendações sobre a atividade da Associação de acordo com as orientações aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV

Património e Gestão Financeira

Artigo 25.º

Património

1. O património social da Associação é constituído por todos os bens móveis e imóveis e direitos adquiridos a título oneroso ou gratuito pela Associação, bem como pelo rendimento desses bens e direitos, e rendimentos provenientes da quotização, de iniciativas próprias ou dos Associados quando em benefício da própria Associação.
2. Extinta a Associação, o destino dos bens que integrem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.
3. A gestão financeira da Associação, reger-se-á pelo princípio do equilíbrio orçamental entre receitas próprias e despesas gerais de funcionamento, incluindo serviços, pessoal, rendas e outras despesas decorrentes do exercício das suas atividades.
4. A associação pode constituir um fundo de reserva, cujo montante e respetivas condições de utilização, serão anualmente aprovados pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção.



Artigo 26.º
Recursos Financeiros

1. Constituem recursos financeiros da Associação:
 - a. As quotas anuais pagas pelos associados, a definir em Regulamento Interno;
 - b. Os rendimentos de serviços prestados a associados ou a terceiros;
 - c. O rendimento de bens próprios;
 - d. O rendimento de numerário depositado;
 - e. As quantias resultantes de subsídios, donativos, heranças e legados de entidades públicas ou privadas expressamente aceites;
 - f. As receitas resultantes de candidaturas a fundos europeus;
 - g. Quaisquer outras como tais permitidas por lei.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

Artigo 27.º
Ano Social

Para fins contabilísticos, o ano social corresponderá ao ano civil, iniciando-se no dia 1 de janeiro e encerrando no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 28.º
Regulamento Interno

1. Qualquer questão que não seja regulada nos presentes estatutos será resolvida de acordo com o disposto em Regulamento Interno da Associação e com recurso a legislação aplicável.
2. As disposições constantes em Regulamentos Internos não poderão ser contrárias ao disposto nos presentes estatutos.

Artigo 29.º
Disposição transitória

Ficam desde já nomeados:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: AECT-GNP - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal

Vice-Presidente: Grupo Mota Engil SGPS

Vice-Presidente: Livraria Lello

1º Secretário: Alma Design

2º Secretário: Urbanmint

Direção

Presidente: AEP – Associação Empresarial de Portugal, CCI

Vice-Presidente: Fundação de Serralves

Vice-Presidente: Universidade do Católica Portuguesa

Vogal: AGEAS Portugal

Vogal: Cofac



Vogal: OPIUM
Vogal: OCUPIDEIAS

Conselho Fiscal

Presidente: TMG

Vice-Presidente: IB - Agência para a Dinamização Económica E.M

Vogal efetivo: Santos Vaz, Trigo de Moraes e Associados (ROC)-

Aos dias 27 do mês de setembro do ano de 2024



DATA: 2025/01/21

ASSUNTO:	Informação de cabimento e/ou compromisso
-----------------	--

A proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **8000/2024**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

I.º sequencial de cabimento: **93154**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

